

Meio ambiente e redes sociais : dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas

Por Pedro Jacobi, Professor Associado da Faculdade de Educação e do Programa de Pós- Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) da Universidade de São Paulo

O ambientalismo brasileiro tem assumido uma crescente influência na formulação e implementação de políticas públicas e na promoção de estratégias para um novo estilo, sustentável, de desenvolvimento.

A partir da segunda metade da década de 80, no entanto, a temática ambiental assume um papel bem mais relevante no discurso dos diversos atores que compõem a sociedade brasileira.

O ambientalismo se expande, e penetra em outras áreas e dinâmicas organizacionais estimulando o engajamento de grupos socio-ambientais, científicos, movimentos sociais e empresariais, nos quais o discurso do desenvolvimento sustentado assume papel de preponderância.

A maior consistência das idéias das organizações ambientais e a maior visibilidade de suas ações contribuem diretamente para que outros atores se incorporem mais efetivamente no debate ambiental: grupos científicos e parte do empresariado. A presença da comunidade científica se multiplica e diversos centros de pesquisa interdisciplinares e instituições acadêmicas interdisciplinares de pós-graduação em meio ambiente desempenham papel relevante em programas e parcerias com agências governamentais, ONGs, e empresas privadas visando a conservação e uso sustentável da biodiversidade.

O grande ponto de inflexão do movimento ambientalista ocorre com a constituição de foruns e redes que têm importância estratégica para ativar expandir e consolidar o caráter multissetorial do ambientalismo.

Em alguns setores ocorre a incorporação de uma multiplicidade de atores, como é o caso das experiências de participação na gestão de preservação da biodiversidade através da formação de redes .

As redes se fortalecem no plano político e institucional , sendo cada vez mais reconhecidas pela sociedade como pelos governos , sendo crescentemente solicitada a participar dos processos decisórios. Têm estimulado parcerias que potencializem ações que articulam o poder público local com associações de moradores para pensar o desenvolvimento sócio-econômico.

Nos últimos anos diversas ONGs têm concentrado parte significativa das suas atividades na coleta e sistematização de informações estratégicas sobre a função dos ecossistemas a partir de levantamentos completos e detalhados sobre impactos dos processo de devastação e desflorestamento. A sua capacidade de diagnosticar áreas de risco que vincula aspectos ambientais aos sócio -espaciais,

possibilita uma influência crescente na formulação de políticas públicas sustentadas na adoção de cautelas ambientais.

As articulações tem possibilitado crescentemente o fortalecimento de um pólo político interno que integra as ONGs no centro do processo de pressão e gestão, representando, portanto, uma inflexão importante numa agenda até recentemente trazida de fora para dentro. As parcerias entre entidades nacionais e internacionais nas diversas negociações , como é o caso do PPG-7.

O ambientalismo do século XXI tem uma complexa agenda pela frente. De um lado, o desafio de ter uma participação cada vez mais ativa na governabilidade dos problemas sócioambientais e na busca de respostas articuladas e sustentadas em arranjos institucionais inovadores que possibilitem uma “ambientalização dos processos sociais”, dando sentido à formulação e implementação de uma Agenda 21 no nível nacional e subnacional. De outro, a necessidade de ampliar o escopo de sua atuação, através de redes, consórcios institucionais, parcerias estratégicas e outras engenharias institucionais que ampliem seu reconhecimento na sociedade e estimulem o engajamento de novos atores na definição de uma agenda que acelere prioridades para a sustentabilidade como um novo paradigma de desenvolvimento .

1. Redes sociais, além das práticas tradicionais

A problemática das redes sociais tem adquirido uma importância crescente e singular nas duas últimas décadas. Além de observar-se um crescimento numérico das organizações da sociedade civil, também se explicita uma crescente transnacionalização das iniciativas civis.

Os atores diversos e multifacetados atores sociais se mobilizam em torno de temas que afetam a cotidianidade, reforçando a colaboração e a solidariedade como instrumentos eficazes para a ação e a experimentação de novas formas de resolução de problemas.

O engajamento dos diversos atores está geralmente associado a questões concretas, imediatas, da cotidianidade, ou que afetam valores aos quais se outorga posição elevada na hierarquia ética. Também pode ser associado a estratégias de ação e oportunidades de poder que configuram uma articulação de interesses difusos na busca de alianças sustentadas em vários eixos – âmbito geográfico de vida ou grupo étnico, resistência sócio-cultural, luta por direitos (Dabas e Najmanovich, 1995).

Na presente dinâmica de globalização, caracterizada por uma compressão do tempo e espaço (Giddens, 1991), as diversas formas de articulação de um processo amplificador de desigualdades formam-se “identidades de resistência” e “identidades de projeto” (Castells, 1999). As identidades de resistência são formadas por atores que precisam construir formas de resistência e sobrevivência que geralmente expressam desacordo com a “nova ordem mundial”, lutando por justiça social e cidadania num modelo que fortalece assimetrias.

As redes se inscrevem numa lógica que demanda articulações e solidariedades, definição de objetivos comuns e redução de atritos e conflitos baseados numa acumulação disruptiva de problemas, considerando-se as características complexas e heterogêneas da sociedade. Neste sentido as redes horizontalizam a articulação de demandas e se servem crescentemente das modernas tecnologias de informação para disseminar seus posicionamentos, denúncias e propostas, como referencial cada vez mais legítimo da presença de uma emergente sociedade civil global. Este perfil de atuação se constata em diversas áreas como direitos humanos, meio ambiente, resistência à lógica de exclusão do modelo de globalização.

Neste sentido, a crise ecológica global se converte num processo social na medida em que os impactos de agressões ao meio ambiente repercutem de forma interdependente em escala planetária. A consciência ambiental se amplia e com isto cresce a percepção da noção de risco e o entendimento de que as transformações em curso estão se convertendo em ameaças cada vez mais preocupantes.

As redes representam a capacidade que os movimentos sociais e organizações da sociedade civil de explicitar a sua riqueza intersubjetiva, organizacional e política e concretizar a construção de intersubjetividades planetárias buscando consensos, tratados e compromissos de atuação coletiva.

O engajamento de atores sociais que no geral tem um vínculo e enraizamento local muito forte assim como um compromisso ético com as populações e o território onde desenvolvem suas atividades, em redes que transcendem a sua escala de atuação e de poder de influência é um dado novo.

Embora o local e o nacional continuem sendo o espaço privilegiado de ação dos diversos atores da sociedade civil, é crescente o aumento de interação entre organizações da sociedade civil nacionais e transnacionais na luta por direitos e na resistência ao avanço de um capitalismo predatório.

Observa-se uma crescente globalização não só de agendas de muitos movimentos (Finger, 1994), mas também das formas de luta, notadamente a partir da incorporação das novas tecnologias de informação. Isto possibilita a formação de "networks" locais, nacionais e transnacionais. A partir da construção de novas relações entre atores na sociedade civil, estado e organizações internacionais, multiplicam-se os canais de acesso a informações, o que se configura como estratégico. Alguns aspectos que podem ser destacados nesta lógica de ação estão associados com a centralidade de valores ou idéias baseadas em princípios, a crença de que os indivíduos organizados podem não só representar mas gerar mudanças, o uso criativo da informação e a utilização de estratégias políticas sofisticadas para alcançar os objetivos (Keck & Sikkink, 1998). Se caracterizam pela não centralidade organizacional e não-hieraquização do poder, as relações são mais horizontalizadas, complementares e mais abertas ao pluralismo e à diversidade cultural (Scherer- Warren, 1996).

Isto possibilita o que Cohen e Arato (1992) denominam de revolução no associativismo civil, não só em escala local e nacional, mas planetária.

O crescimento em número e tamanho das ONGs, o ganho em visibilidade e legitimidade, possibilitam a articulação, formação de redes e outras dinâmicas organizacionais para trocar informações, dividir tarefas e ampliar o alcance das iniciativas.

No fortalecimento das redes, as ONGs internacionais exercem um papel inovador na medida em que através de sua capacidade de exercer pressão política, amplificar a escala de denúncias, captar recursos, mobilizar e sensibilizar setores da mídia internacional, e acima de tudo da sua capacidade de produzir e disseminar informações se convertem em atores relevantes que potencializam a capacidade de influenciar e pressionar comportamentos de governos nacionais, organismos internacionais e demais agências bilaterais e multilaterais. A sua atuação é pautada pela sua legitimidade e transparência. O ativismo que transcende fronteiras assume um papel estratégico na medida em que mobilizam informação estrategicamente para criar novos temas e categorias para persuadir, pressionar e ganhar relevância face a organizações poderosas e governos (Keck & Sikkink, 1998).

No Brasil, a expansão desde os anos 80, de redes entre os movimentos sociais pode ser associada a dois fatores, o desenvolvimento de tecnologias de informação e a visibilidade pública decorrente da democratização.

As redes possibilitam interações horizontais e organização de instrumentos de pressão, e abre novos campos de possibilidades para as ONGs, que transcendem suas fronteiras locais, integrando os ativistas, militantes, associados num circuito amplificado de sociabilidade, de confiabilidade e de identidades ideológicas. Pode-se afirmar, portanto que as redes interconectam instituições, práticas sociais diferenciadas e alargam o alcance das agendas.

Neste contexto desenvolvemos a seguir uma reflexão sobre os alcances e limites das redes ambientalistas, como resultado da emergência e fortalecimento de novos atores da sociedade civil.

A emergência da mobilização ambiental

A partir de meados da década de 70, o ambientalismo passa a ter maior expressão na sociedade brasileira, resultado, segundo Viola e Leis, (1992) de uma combinação de processos exógenos e endógenos. Dentre as forças externas é possível destacar a Conferência de Estocolmo de 1972 e a volta de políticos exilados anistiados no ano de 1979. As forças internas são representadas pela superação do mito desenvolvimentista, pelo aumento da devastação amazônica, a formação de uma nova classe média, influenciada pelos novos debates sobre a qualidade de vida, e o malogro dos movimentos armados de esquerda.

Na segunda metade da década de 70 surgem diversos grupos ambientalistas, que se estruturam no momento onde se inicia o processo de liberalização política

, e pelo estímulo gerado para a questão ambiental pela Conferência de Estocolmo em 1972. Nessa ocasião cresceram as acusações de alguns países desenvolvidos em relação à postura predominante em países em desenvolvimento a respeito da ausência de normas para controlar os graves problemas ambientais. O Brasil teve papel de destaque como organizador do bloco dos países em desenvolvimento que viam no aumento das restrições ambientais uma interferência nos planos nacionais de desenvolvimento. No Brasil, por exemplo, as restrições ambientais eram conflitantes com as estratégias de desenvolvimento apoiadas justamente na implantação de indústrias poluentes como a petroquímica e a instalação de grandes projetos energéticos-minerais, o que coincide com o período de auge de crescimento econômico do país, atingindo 10% ao ano.

Ainda assim, em 1973 as agências ambientais passam a integrar o cenário nacional com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente -SEMA-, vinculada ao Ministério do Interior, com a função de traçar estratégias para conservação do meio ambiente e para o uso racional dos recursos naturais, e alguns estados mais industrializados criam as primeiras agências ambientais para controle da poluição.

Configura-se, portanto uma dinâmica bissetorial, entre agências ambientais estatais e algumas entidades ambientalistas, caracterizando segundo Viola e Leis (!992), uma relação dialética entre as agências ambientais e as entidades ambientalistas baseada no conflito e na cooperação. O primeiro decorre da percepção, por parte das entidades, da pouca eficiência dos controles da poluição exercido pelas agências. A principal crítica é a excessiva tolerância com as indústrias pela poluição provocada e a morosidade dos processos de fiscalização. Para as agências, por sua vez, as entidades têm uma postura ingênua e não possuem o conhecimento necessário para entender as complexas relações entre indústria e meio ambiente. A cooperação ocorre na medida em que existe uma certa cumplicidade entre esses dois atores por duas razões. Primeiro, porque vários dos funcionários que atuam nas agências também exercem atividades nas entidades. Segundo, devido serem praticamente os únicos defensores de uma política ambiental em um contexto onde esta política é relegada a um segundo plano. No fundo, a dualidade observada na relação das agências com as entidades representa a dialética existente no país entre Estado e sociedade. Na ausência de uma interação com as entidades da sociedade civil, a ação do Estado é pautada por medidas paternalistas ou autoritárias.

A cooperação se fortalece a partir das dinâmicas que articulam aproximações e inclusive a influência das associações que até então se caracterizavam por uma "ação ambiental confinada" com um muito baixo impacto sobre a opinião pública. Este ambientalismo restrito, confinado organizacionalmente, estava reduzido a um conjunto de pequenos grupos da sociedade civil e de pessoas que dentro da estrutura federal, federal e estadual, acreditavam na importância de proteger o meio ambiente. Um fato importante a se destacar é que durante esse período, a ação dos órgãos ambientais, centrada na poluição industrial por vezes complementa, ou mesmo contrapõe-se, às iniciativas das organizações ambientalistas, centradas na preservação dos ecossistemas naturais.

É interessante observar que outras questões diretamente ligadas aos problemas de agravamento da degradação ambiental, tais como crescimento populacional e déficit de saneamento não faziam parte da agenda dessas organizações, contribuindo para uma visão limitada da realidade.

Os grupos se concentram na sua maioria na região Sul-Sudeste[1], e são compostos por ativistas que desenvolvem atividades seja em comunidades alternativas rurais como iniciam ações de educação ambiental, trabalhos de proteção e recuperação de ambientes degradados, proteção a ambientes ameaçados, e denunciam os problemas de degradação do meio ambiente apoiados financeiramente por um grupo restrito de simpatizantes. A sua atuação está centrada nesse período de implantação e consolidação na denúncia e na conscientização pública sobre a degradação ambiental, principalmente com enfoque local, e em alguns casos desenvolvem campanhas de abrangência regional e mesmo nacional, como é o caso da campanha de denúncia contra o desmatamento na Amazônia em 1978, a luta contra a inundação de Sete Quedas no Rio Paraná (1979-1983), a luta contra a construção de usinas nucleares (1977-1985), a luta pela aprovação de leis do controle e de estímulo ao uso intensivo de agrotóxicos (1982-1985)[2]. Muitas destas lutas obtiveram bastante repercussão no exterior, e foram referência relevante para a multiplicação de pressões contra o governo brasileiro durante os anos finais do regime autoritário, sendo que a maioria das práticas eram pautadas pelo voluntarismo dos militantes mais engajados. As suas forças são complementadas pela volta de ativistas políticos ao país após a anistia, bastante influenciados pelos movimentos ambientalistas da Europa e Estados Unidos.[3]

Estas lutas representam marcos da ação ambientalista no Brasil, na medida em que marcam o início de questionamentos de políticas de governo através da comunidade científica e de organizações ambientalistas. O engajamento da SBPC no movimento antinuclear e no movimento que denuncia a degradação ambiental do município de Cubatão na Baixada Santista é um fator que agrega legitimidade e potencializa protestos e mobilização da opinião pública.

É interessante observar que outras questões diretamente ligadas aos problemas de agravamento da degradação ambiental, tais como crescimento populacional e déficit de saneamento não faziam parte da agenda dessas organizações, contribuindo para uma visão limitada da realidade.

Concomitantemente, os grupos ambientalistas que se organizam e multiplicam de forma bastante acelerada nessa época no país sofrem forte influência dos ideários defendidas por seus pares nos Estados Unidos e na Europa, notadamente no que se refere à adoção de um sistema de valores que representa um questionamento dos impactos da civilização urbano-industrial, assim como da degradação ambiental provocada pelos empreendimentos humanos.

Estas iniciativas ambientais ocupam durante a década de 70 e a primeira metade dos 80, uma posição secundária no discurso dos movimentos reivindicatórios pela constituição da cidadania.

Durante a década de 70 e, principalmente no início da década de 80 se torna cada vez mais claro que as promessas desenvolvimentistas não poderiam se concretizar: os problemas sociais não foram resolvidos e graves distorções como a concentração da renda e da propriedade se agravam. Nesse sentido, a crise do modelo de desenvolvimento é uma força motriz, na medida em que se acelera na opinião pública a tomada de consciência da devastação ambiental. A extensão das queimadas na Amazônia e no Cerrado e a eliminação quase total da Mata Atlântica estimula a articulação de lutas que agregam ONGs ambientalistas européias e norteamericanas às brasileiras contra projetos que interferem no meio ambiente. Isto produz um primeiro alerta na opinião pública norte-americana e européia a respeito do desmatamento da Amazônia. Além disso, a deterioração da qualidade ambiental nos grandes centros urbanos, notadamente o caso de Cubatão, ganha espaço crescente na mídia nacional e internacional.

O caso de Cubatão é emblemático na medida em que as entidades ambientalistas trouxeram de forma radicalizada para a agenda de discussão política da década de 80 uma intensa movimentação da opinião pública em torno dos dramáticos impactos decorrentes do desastre sócioambiental provocado pelo descaso das indústrias com a qualidade da vida da população da região, notadamente dos setores mais carentes. Intenso debate e polêmica são incentivados por alguns meios de comunicação que reforçam o papel do movimento ambientalista cobrando soluções para os problemas de crianças com malformações congênitas, trabalhadores leucopênicos e famílias amedrontadas.

É importante ressaltar, no entanto, que as práticas dos movimentos se restringem na maioria dos casos aos setores mais esclarecidos compostos por pessoas vinculadas ao universo acadêmico, aos militantes de partidos, setores profissionais, ativistas sociais. É pouco freqüente o engajamento de setores circunscritos à mão de obra desqualificada ou aos setores mais carentes da população. Estes no geral se fazem presentes através da representação de Associações de Vítimas, que no geral tem à sua frente pessoas oriundas da classe média ou militantes do movimento operário. No geral não são ações ou condutas espontâneas que emergiram do seio dos setores de baixa renda, atingidas imediatamente pela pobreza e pela degradação ambiental.

Também deve se destacar como agente articulador e catalizador o surgimento de uma classe média, principalmente no sul e sudeste, disposta a apoiar as atividades de caráter ambiental, tais como a mobilização contra a construção de usinas nucleares, a destruição de Sete Quedas no Paraná para construção de Itaipú, ou ainda, as campanhas para diminuir o uso intenso de agrotóxicos empregados na agricultura, representando uma confluência entre ecologismo rural e urbano.

Para Viola (1992) durante a fase fundacional dominou no ambientalismo brasileiro uma definição estrita da problemática ambiental que o restringiu, basicamente, a combater a poluição e a apoiar a preservação de ecossistemas naturais caracterizou uma dinâmica de distanciamento de diversas entidades em relação ao tema da justiça social. Parte significativa das associações

ambientalistas não tinham praticamente nenhum diálogo ou repercussão na população mais excluída, principalmente porque em muitos casos os grupos defendiam intransigentemente o ambiente, levando muito pouco em consideração as dimensões socio-econômicas da crise ambiental.

Um dos fatores que explica a pouca aderência do discurso ambiental na sociedade foi, sem dúvida, o isolamento das organizações ambientalistas dos outros movimentos sociais, uma vez que priorizava em seu discurso a necessidade de garantir a qualidade ambiental, ignorando as demais demandas sociais.

Viola e Nickel (1994) observam que apesar da emergência do ambientalismo nos países do Sul, como é o caso do Brasil, terem bastante similaridade com processos equivalentes no Norte, a diferença principal reside na baixa prioridade dada na agenda dos ambientalistas brasileiros aos temas em relação à melhoria do saneamento básico urbano e, assim como de articular as questões ambientais com a equidade social.

Isto só começa a se manifestar mais explicitamente a partir de meados dos anos 80, com o desenvolvimento do sócioambientalismo.

3. Década de 80: a multiplicação das práticas sócioambientais

A partir década de 80, duas vertentes passam a ganhar corpo dentro no movimento ambiental brasileiro. Primeiro a constatação dos limites do aparato jurídico-institucional disponível, face ao agravamento dos desafios ambientais. Segundo, cresce a percepção dentro do movimento ambientalista de que o discurso ambiental não se encontrava efetivamente disseminado na sociedade brasileira. Além disso, a resistência à profissionalização das ONGs, melhorando sua eficiência organizacional, característica importante das ONGs norte-americanas, contribuiu para menor eficácia de suas ações. Nesse sentido, a década de 80 é caracterizada por iniciativas para aprimorar os instrumentos legais de gestão ambiental, a escolha de parcela dos ambientalistas em enveredar pelo campo político institucional e uma busca das ONGs ambientalistas em se profissionalizar e de se aproximar das ONGs sociais.

As transformações que ocorrem no tecido social dos movimentos se refletem em vitórias concretas das lutas do movimento ecológico em diversas cidades do Sul-Sudeste no nível do processo decisório das políticas públicas municipais. Isto provoca gradualmente uma mudança qualitativa na opinião pública que passa a legitimar as lutas ambientais e os atores envolvidos.

Contribuindo também de forma decisiva para o fortalecimento da variável ambiental no campo institucional, destaca-se nessa década a opção de vários ambientalistas em enveredar diretamente pelo campo político, disputando cargos eletivos.

A partir da segunda metade da década de 80, no entanto, a temática ambiental assume um papel bem mais relevante no discurso dos diversos atores que

compõem a sociedade brasileira. Já desde o início dos anos 80 surgem inúmeros grupos ambientalistas, mas a sua contabilização é muito difícil, na medida em que muitos têm vida efêmera. O seu crescimento ao longo da década é muito expressivo. Muitas das associações adquirem visibilidade pela atuação de um núcleo ativo composto por um número restrito de integrantes, sendo que em geral existem catalizadores da ação institucional em virtude de visibilidade pública, autoridade nas decisões do grupo, acesso aos meios de comunicação e acesso às agências estatais.

O ambientalismo se expande, e penetra em outras áreas e dinâmicas organizacionais estimulando o engajamento de grupos socio-ambientais, científicos, movimentos sociais e empresariais, nos quais o discurso do desenvolvimento sustentado assume papel de preponderância.[4]

O maior interesse da opinião pública em relação à temática ambiental representa um importante incentivo para a multiplicação das organizações ambientalistas. Aproximadamente 90% das associações ambientalistas têm sua sede no sul e sudeste, sendo composta majoritariamente por universitários e pessoas com renda superior à média nacional. Mas começa a ocorrer um certa disseminação no Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Nessa fase, as organizações ainda não eram reconhecidas como interlocutoras por parte do setor público e privado e suas ações se continuam a se concentrar na mobilização contra fábricas poluidoras e degradação de áreas verdes, como parques nacionais, estaduais e municipais. Na realidade, as conquistas dessas organizações para reverter efetivamente a degradação do meio ambiente foram bastante restritas. No entanto, é inegável sua importância para despertar a conscientização sobre a problemática ambiental nos mais diversos setores da sociedade brasileira, embora a tônica de seu discurso permanecesse a mesma.

A multisetorialização do ambientalismo provoca uma transformação organizacional, e isto quebra o isolamento e a relação especular que caracterizava o bissetorialismo da fase anterior, afetando poderosamente a cada um desses setores, que agora passam a intercambiar e receber influências e demandas de atores com dinâmicas mais profissionalizadas (Leis, 1996: 109-112).

Ocorre uma crescente inovação na cultura ambientalista brasileira. As entidades transcendem a prática da denúncia e têm como objetivo central a formulação de alternativas viáveis de conservação e /ou de restauração de ambientes danificados. O socioambientalismo se torna parte constitutiva de um universo cada vez mais amplo de organizações não governamentais e movimentos sociais. Isto ocorre na medida em que os grupos ambientalistas influenciam diversos movimentos sociais que embora não tenham como seu eixo central a problemática ambiental, incorporam gradativamente a proteção ambiental como uma dimensão relevante do seu trabalho.

Entre os diversos atores, pode-se destacar a aproximação com os seringueiros da Amazônia e o apoio das ONGs à criação das reservas extrativistas, internacionalmente conhecido depois do assassinato de Chico Mendes[5]; a

interação das ONGs com o movimento indígena, acoplado à luta tradicional dos índios pela proteção de suas terras, a preservação do meio ambiente; a aproximação com setores do Movimento dos Sem Terra[6], incluindo a variável ambiental na luta pelo acesso a terra e, por fim, uma aproximação junto a diversas associações de bairro, que incluíram a qualidade ambiental em suas demandas.

A importância da vertente sócio-ambientalista pode ser verificada pelo crescimento do número de entidades não governamentais, movimentos sociais e sindicatos que incorporam a questão ambiental na sua agenda de atuação. A presença destas práticas aponta para a necessidade de pensar modelos sustentáveis, revelando uma preocupação em vincular intimamente a questão ambiental à questão social.

4. O movimento ambientalista ampliado

A partir de meados da década de 80, segmentos do ambientalismo brasileiro passam a entender a importância de ampliar a conexão com os movimentos sociais e também iniciam uma mudança de postura, superando sua rejeição a qualquer diálogo com economistas ou empresários, por entenderem que ecologia e economia eram incompatíveis

Muitas das entidades ambientalistas procuram diversas formas de profissionalizar-se, através da captação de recursos de fundações e ONGs da Europa e dos Estados Unidos, e isto abre um novo caminho para seu fortalecimento institucional.

Entre 1985 e 1991 ocorre um boom de novas entidades ambientalistas, entretanto a maior parte delas não sobrevive pela sua incapacidade em aglutinar grupos de militantes e voluntários. A maior parte das ONGs ambientalistas atuam localmente, são amadoras, não tem sede, nem staff remunerado, e operam orçamentos inferiores a 50.000,00 dólares.

As ONGs procuram se reestruturar buscando uma maior profissionalização de suas atividades. A abertura de escritórios de importantes organizações internacionais como a Greenpeace e a Friends of Earth também contribui para a evolução dessas organizações. Muitas deixaram de lado o objetivo genérico de estimular a conscientização ou de se concentrarem nas denúncias contra à agressão ambiental, para atuarem em objetivos específicos para preservação e recuperação ambiental. Dessa forma, as novas organizações se estruturam em torno de objetivos claros como melhoramento da qualidade da água e do ar, educação ambiental etc. Além disso, tratam de ampliar sua sustentabilidade financeira através de mecanismos diversos de financiamento: organismos internacionais, órgãos públicos, doações de empresas e mensalidades dos associados.[7]

É interessante notar que o processo de melhor articulação das organizações ambientalistas, e destas com as denominadas ONGs sociais, é, bastante complexo, gerando diversos conflitos. Além disso, persiste uma resistência das

ONGs sociais em trabalhar conjuntamente com as ONGs ambientais. As ONGs sociais, estruturadas há mais tempo do que as ambientais, e contando com recursos humanos mais qualificados técnica e politicamente, classificam as propostas dos grupos ecológicos como ingênuas ou desvinculadas da realidade social brasileira. Nesse sentido, as próprias organizações não governamentais remanescentes das organizações populares da década anterior, buscaram ampliar seu leque de atuação, recorrendo diretamente a financiamento externo para o desenvolvimento de projetos nessa área.

Vale notar que as mudanças na forma de atuação do movimento ambientalista brasileiro é complementada com a transformação de seu discurso dominante nesta década. O agravamento da crise econômica, a aproximação com outros movimentos sociais e o relatório Nosso Futuro Comum contribuíram para que o tema desenvolvimento econômico, rejeitado pelos ambientalistas brasileiros até início da década de 80, fosse incorporado no discurso ambiental.

O marco diferenciador é a passagem de práticas que podem ser definidas apenas como reativas para práticas proativas, na medida em que em escala crescente as organizações tem como objetivo central a afirmação de uma alternativa viável de conservação ou de restauração do ambiente danificado. As entidades ambientalistas estão distribuídas ao longo do território, porém com maior grau de concentração na região sudeste do país, tendo como referência atuações geralmente bem delimitadas tais como conservação de algum ecossistema, melhoramento da qualidade ambiental (água, ar, resíduos sólidos), educação ambiental e ampliação do acesso à informação e agricultura sustentável, dentre as principais. As fontes de recursos são as instituições de cooperação internacional e as organizações multilaterais que freqüentemente contratam estudos e avaliações de impactos ambientais. As entidades se capacitam cada vez mais para exercer uma nítida influência sobre as agências estatais de meio ambiente, o poder legislativo, a comunidade científica e o empresariado.

É importante destacar também o surgimento e fortalecimento de numerosos conselhos, consultivos e deliberativos, em várias áreas e em todos os níveis (federal, estadual e municipal) com a participação ativa de representantes de ONGs e movimentos sociais. As instâncias de gestão que agregam estes atores são conselhos de meio ambiente, os comitês de bacias e as áreas de proteção ambiental (APAs). Entretanto, freqüentemente são instâncias bastante formais, sem poder influenciar no processo decisório, e onde a representação assume muitas vezes caráter bastante contraditório.

As novas idéias do ambientalismo brasileiro vão se fortalecer durante a preparação da Rio-92, inserindo cada vez mais o movimento ambiental nacional numa rede internacional, ao mesmo tempo que possibilita a maior interação das entidades ambientalistas a partir da constituição do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Segundo Viola (1996:50), nas vésperas da Conferência. A Rio 92 obriga os atores a se situarem num espaço multissetorial levando sua reflexão e prática em direção ao desenvolvimento sustentável. Muda o conteúdo, diminuindo significativamente o discurso que falava em proteção ambiental de forma isolada

que é substituído por um que advoga a necessidade de pensar as relações entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, como eixos de convergência da relação entre sociedade e Estado.

A maior consistência das idéias das organizações ambientais e a maior visibilidade de suas ações contribuem diretamente para que outros atores se incorporem mais efetivamente no debate ambiental: grupos científicos e parte do empresariado. A presença da comunidade científica se multiplica e diversos centros de pesquisa interdisciplinares e instituições acadêmicas interdisciplinares de pós-graduação em meio ambiente desempenham papel relevante em programas e parcerias com agências governamentais, ONGs, e empresas privadas visando a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Setores do empresariado contribuem de forma crescente no apoio financeiro a diversas entidades ambientalistas e participam mais ativamente dos debates públicos em torno da sustentabilidade.[8]

O que se observa é que apesar das dificuldades de articulação entre as entidades e organizações ambientalistas visando à reversão do grave quadro de degradação ambiental, algumas conquistas foram alcançadas, sobretudo na Amazônia, tais como a eliminação de incentivos fiscais e de subsídios para pecuária e agricultura, demarcação das reservas indígenas e melhor monitoramento do desmatamento.

Com o fim da Rio 92 ocorre um ponto de inflexão para o ambientalismo brasileiro, na medida em que desaparece o principal marco de referência simbólico e organizativo da conjuntura. Isto se observa no seio da própria sociedade civil, que recebera um bombardeio massivo de informação sobre a questão ambiental através dos meios de comunicação. Dados de uma recente pesquisa a respeito da percepção da população brasileira face ao meio ambiente e desenvolvimento sustentado, revela que, passados cinco anos da Rio-92, os cidadãos brasileiros continuam pouco informados sobre os problemas ambientais. Cerca de 95% da população brasileira nunca ouviu falar da Agenda 21. Além disso, a perda da Biodiversidade, a Desertificação dos solos e o Efeito Estufa permanecem desconhecidos para 78%, 71% e 54% da população, respectivamente. Este dado mostra que apesar do esforço de se disseminar a conscientização ambiental na sociedade brasileira nas duas últimas décadas, o impacto dessas práticas ainda é muito limitado.[9]

Apesar das dificuldades de organização e de ação, tanto dos movimentos quanto no universo das ONGs nos últimos anos, foram constituídos diversos fóruns e articulações e coalizões, formais ou informais. Estas se concretizam sob a forma de consultas através de conferências internacionais, articulações que se estruturam para articular ações coletivas para questionar programas ou projetos para uma região ou cidade. Este é o caso dos Fóruns de ONGs e Movimentos Sociais de Rondônia e Mato Grosso, Grupo de Trabalho Amazônico que se multiplica pelo interior da Amazonia, Rede Mata Atlântica, Coalizão Rios Vivos. Outras redes se organizam para enfrentar determinada política pública ou sua ausência em torno de águas, biodiversidade, como é o caso da Rede Contra A Seca, GT Sociobiodiversidade e GT Floresta do Fórum Brasileiro de ONGs. A

Rede Projeto Tecnologias Alternativas (Rede PTA) , que representa hoje 22 entidades das regiões Nordeste, Sudeste e Sul se articula em torno de um projeto comum inovador como é o caso da agricultura sustentável.

5. Coalizões e Redes

O grande ponto de inflexão do movimento ambientalista ocorre com a constituição de foruns e redes que têm importância estratégica para ativar expandir e consolidar o caráter multissetorial do ambientalismo, notadamente através da reunião dos setores que representam as associações ambientalistas e os movimentos sociais. Trata-se de um processo bastante complexo, em virtude da sua heterogeneidade tanto organizativa como ideológica.

No processo preparatório da Rio 92, por iniciativa de algumas ONGs é criado o Fórum de ONGs Brasileiras preparatório à Conferência da Sociedade Civil sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, simultaneamente à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O Fórum brasileiro realizou oito encontros plenários nacionais e contava com a filiação de aproximadamente 1200 organizações em 1992 cumprindo sua missão de fomentar a participação da sociedade brasileira na Rio-92 e nos eventos paralelos que organizou discutindo um novo padrão de desenvolvimento ecologicamente sustentável. A realização do Fórum Global contribui significativamente para integrar o ambientalismo brasileiro num processo de articulação e networking internacional, exercendo o papel de mobilizador e articulador entre ONGs e Movimentos Sociais para o aprofundamento da discussão sobre os desafio da sustentabilidade.

Apesar de ter passado durante os últimos anos por duas grandes dificuldades, a falta de recursos financeiros e o refluxo pós Rio-92, o que provocou uma ausência de comunicação eficiente e uma certa desmobilização de seus membros, hoje têm mais de 400 ONGs filiadas , e a coordenação nacional é de dez ONGs. No nível internacional o Fórum tem acompanhado as reuniões da Nações Unidas em temas que se desdobram a partir da Rio-92 , como é o caso da Conferência das Partes das Convenções de Biodiversidade e do Clima e a Comissão de Desenvolvimento Sustentável. No nível nacional exerce papel relevante nas negociações para a criação do FUNBIO[10] e da Comissão Coordenadora do PRONABIO[11] e participa da Rio+5 como aglutinadora das principais preocupações e demandas do ambientalismo brasileiro, notadamente ONGs e movimentos sociais.

As ONGs ambientalistas têm exercido um papel indutivo em diversas iniciativas de formulação e elaboração de Agendas 21 locais com efetiva participação das comunidades locais, além de incorporar uma multiplicidade de atores, como é o caso das experiências de participação na gestão de preservação da biodiversidade e de denúncia ou pressão social através de jornais, sites na Internet e Boletins Informativos.

A partir de 1992 algumas redes e coalizões se estruturam com o objetivo de enfrentar tanto em nível nacional como regional conforme os objetivos e

questões em pauta, temas críticos que demandam organização , articulação e mobilização.

As pré-condições estão dadas porque na década de 80 ocorre uma transformação singular no associativismo civil, configurando-se como um período de institucionalização, caracterizado por um discurso propositivo pautado por posturas mais pragmáticas. As ONGs se instrumentalizam, definem suas agendas e articulações e conexões de pautas e as dinâmicas de atuação, marcadas por um forte apelo ético.

A premissa central é do fortalecimento das intersubjetividades, das informações, experiências e projetos, assumindo a necessidade de concretizar a transnacionalização das agendas das ONGs.

Entram em pauta de forma cada vez mais significativa a discussão do modelo de desenvolvimento, a necessidade do aprofundamento das análises sobre o quadro socioambiental existente, a identificação dos principais impactos ambientais e sociais e a articulação das entidades civis no plano local e internacional.

1. Rede de ONGs da Mata Atlântica

Dentre os temas críticos, a defesa da Mata Atlântica é um dos que tem mobilizado desde 1992 uma rede de ONGs, a Rede de ONGs da Mata Atlântica-RMA- que foi criada durante a Rio-92 para defender os últimos 7,3% da área original da Mata Atlântica no Brasil[12]. Atualmente restam 94 mil quilômetros quadrados de sua cobertura original que perfazia 1,2 milhão de quilômetros quadrados. A RMA foi criada para formar um grupo de pressão para que o PP-G7 incluísse a Mata Atlântica, incentivando o intercâmbio de informações relativas a este ecossistema, visando a sua conservação, através da mobilização, da ação política coordenada e do apoio mútuo entre os participantes. Em 1999 agrega 167 entidades distribuídas entre os 17 estados brasileiros[13] onde se encontra o domínio desse ecossistema[14]. A rede promove um encontro anual entre seus filiados e outros segmentos da sociedade engajados na defesa da Mata Atlântica. As questões que tem provocado mais mobilização nos últimos anos são divididas em linhas de ação: 1) Formulação de Políticas Públicas, onde se destaca a necessidade de definição de um Política Nacional para a Mata Atlântica, no aprimoramento do Projeto Corredores Ecológicos do PP-G7, 2) Aprimoramento da Legislação, com ênfase na regulamentação específica para cada Estado da Federação inserido no domínio da Mata Atlântica do Decreto750/93[15] que definiu e regulamentou a área de abrangência da Mata Atlântica, bem como os critérios para a sua supressão e exploração e a luta pela aprovação do Projeto de Lei 3285/92[16] para a proteção e preservação da Mata Atlântica[17], 3) Divulgação e Mobilização da Sociedade através de ações que criam fatos políticos como o Atlas Mata Atlântica para garantir a repercussão nacional dos dados[18], e 4) A Ampliação de Recursos Financeiros para a Mata Atlântica através da participação ativa em comissões nacionais e na elaboração de projetos destinados à ampliação de recursos destinados ao ecossistema no âmbito dos Projetos Demonstrativos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras - PD/A dentro do PP-G7[19].

A Rede se fortalece no plano político e institucional , sendo cada vez mais reconhecida pela sociedade como pelos governos estaduais, sendo crescentemente solicitada a participar dos processos decisórios que estão relacionados com esse bioma. Destacam-se também as atividades de sensibilização da sociedade perante os problemas que afetam a sustentabilidade da Mata Atlântica, que a continuar o ritmo atual de devastação acelera rapidamente a sua possibilidade de extinção no próximo século.

A participação da Rede no Conselho Nacional da Reserva da Biosfera[20] e nos diversos comitês estaduais tem sido muito destacada, através da sua atuação na formulação de uma agenda construtiva para a formulação de políticas centradas na aprovação e aplicação das leis, na recuperação de áreas degradadas, nos projetos de uso sustentável para populações tradicionais e desmatamento zero.

Os principais problemas enfrentados além do desmatamento com fins econômicos , são os incêndios que provocam a perda de remanescentes da Mata Atlântica em todos os estados e da construção de estradas que geram impactos ecológicos.

A Rede tem estimulado parcerias que potencializem ações que articulam o poder público local com associações de moradores para pensar o desenvolvimento sócio-econômico, através do estímulo ao ecoturismo como instrumento de conservação ambiental e de valorização do patrimônio histórico-cultural. A estratégia de desenvolvimento de reservas extrativistas como espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentada e à conservação dos recursos naturais renováveis por populações extrativistas representa a possibilidade de otimização de práticas conservacionistas e de planos de manejo sustentado de florestas em áreas de risco de forte degradação socioambiental. Os principais objetivos estão sendo gradualmente conquistados em virtude da importante articulação com diversos setores para reverter a tendência de degradação do bioma da Mata Atlântica em municípios, incorporando os princípios para o desenvolvimento autosustentado através da difusão de informações e das práticas de recomposição ambiental centradas no reflorestamento e na educação ambiental.

2. Coalizão Rios Vivos

Esta coalizão que tem adquirido grande visibilidade reúne 300 ONGs e povos indígenas de países da Bacia do Prata, Europa e Estados Unidos que realizam monitoramento - do ponto de vista da sociedade civil- de megaprojetos de infraestrutura como a Hidrovia Paraná- Paraguai, a Hidrovia Tocantins- Araguaia, o Gasoduto Bolívia-Brasil e diversas barragens. A partir desta articulação internacional, onde ONGs dos países do Norte são um importante sustentáculo a Coalizão promove um intenso debate e exerce pressão junto aos governos estaduais e nacionais buscando alternativas de desenvolvimento sustentável para a região. Rios Vivos atua numa região muito rica em diversidade biológica e cultural, e sua luta é pela sua preservação[21].

O principal agente indutor desta articulação entre ONGs, grupos indígenas, pescadores artesanais, cientistas independentes e movimentos locais de Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai é a busca de alternativas a estes megaprojetos que são considerados como social e ambientalmente destrutivos.

A coalizão não é uma federação, mas um espaço para o compartilhamento e intercâmbio de informações, a tomada de posição e a realização de ações conjuntas. As principais ações tem sido dirigidas contra a construção de barragens e hidrovias que representam impactos negativos sobre as atividades econômicas da região que vem se desenvolvendo de forma crescente e cada vez mais organizada, como é o caso do ecoturismo e o turismo de pesca. Uma das

áreas que se considera mais ameaçadas é a do Pantanal, e o esforço da coalizão é de alertar quanto ao perigo que representa a implantação de projetos que são elaborados sem transparência e sem uma efetiva participação da sociedade, excluindo-se setores com amplo conhecimento e experiência significativa sobre a região. Os principais questionamentos são quanto à falta de participação da sociedade na elaboração dos projetos e o risco de exclusão definitiva de comunidades indígenas assim como de pescadores artesanais e outras comunidades tradicionais para as quais é fundamental a sua permanência na região como garantia de trabalho e como forma de impedir sua migração para as cidades.

Outras críticas são articuladas quanto à falta de elaboração de estudos de impacto ambiental em diversos projetos que contemplem efetiva e de forma integral toda a bacia do Paraná –Paraguai, como etapa prévia à aprovação dos planos parciais de gestão ambiental.

A coalizão busca mobilizar os diversos atores da região para os problemas decorrentes dos megaprojetos sobre fauna e flora e quanto à contaminação dos rios. Os riscos maiores estão sendo provocados pela dragagem efetuada segundo a coordenação de Rios Vivos sem o respectivo Relatório de Impacto ambiental –EIA- RIMA – e portanto sem conhecer a eventual contaminação da água por metais pesados e outros produtos tóxicos. Além disso questiona-se quanto ao aumento da taxa de desmatamento em decorrência do avanço da fronteira agrícola baseada na exportação da soja. Isto coloca em risco alternativas de desenvolvimento sustentável para a região, como consequência dos cada vez maiores impactos sobre a biodiversidade e a qualidade das águas.

A sua organização e combatividade tem se feito sentir na medida em que através da sua articulação com ONGs e cientistas de países do Norte tem exercido pressão para colocar em debate os riscos colocados por diversos projetos e responsabilizar os órgãos multilaterais pelos impactos decorrentes da aprovação e implantação sobre povos indígenas e populações que terão de ser deslocadas, pelo desmatamento e seu impacto sobre o ecossistema, pela contaminação das águas e pelo impacto social.

O principal objetivo é o de mobilizar a opinião pública e pressionar por uma participação cada vez mais efetiva da população nas instâncias decisórias e

consultar a população potencialmente afetada pelas grandes obras de infraestrutura para limitar os enfoques tecnocráticos e mercantis das empreiteiras.

3. O Grupo de Trabalho Amazônico –GTA-

Fundado em 1992, o GTA reúne atualmente aproximadamente 430 entidades[22]. A sua origem está associada às dificuldades que alguns segmentos, notadamente os governos e agências de financiamento internacional de aceitar uma nova filosofia de trabalho com participação da sociedade civil organizada. Isto decorre da dinâmica de colaboração com o governo brasileiro proposta pelo PPG-7, que deixa de fora as ONGs da formulação e as incorpora na implementação. A partir de um questionamento desta proposta 13 ONGs fundam o GTA com o objetivo de fazer o acompanhamento do Programa Está estruturado em oito estados da Amazônia Legal (com exceção de Mato Grosso) dividindo-se em 14 Regionais. Fazem parte ONGs, movimentos sociais - seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco - pescadores artesanais, ribeirinhos, comunidades indígenas[23], pequenos agricultores e suas famílias.

A mobilização de setores da sociedade civil data da década de 60, quando se inicia a campanha Nacional para a Defesa e Desenvolvimento da Amazônia. Em meados da década de 80 é fundado o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) que assessorado por uma ONG sediada em Curitiba, o Instituto de Estudos Amazônicos inicia a luta por reservas extrativistas como forma mais adequada de garantir para a Amazônia uma atividade econômica que respeite a floresta e não expulse sua população (seringueiros, coletores de castanhas, indígenas). O principal objetivo destas organizações é de consolidar estratégias para o desenvolvimento sustentável dos ecossistemas florestais para a agropecuária e a silvicultura e para as áreas protegidas. Isto se concretiza a partir da aproximação surgida entre lideranças seringueiras, cientistas e ambientalistas em torno da idéia das reservas extrativistas como uma possibilidade de atender às aspirações dos seringueiros reforçando práticas comunitárias dentro de uma perspectiva de permanência da biodiversidade dos ecossistemas regionais. O CNS se torna um ator relevante através da liderança de Chico Mendes, um dos primeiros dirigentes a fazer a denúncia sobre a miséria da população amazônica e a violência dos fazendeiros, propondo soluções alternativas de manejo florestal sustentável. A capacidade de articulação e de resistência cultural e política dos seringueiros acreanos na defesa da permanência dos seringais nativos tornou-se um marco na história dos movimentos sociais associados ao meio ambiente. Após o assassinato de Chico Mendes em 22 de dezembro 1988 em Xapuri no Acre as propostas de reservas extrativistas ganham repercussão internacional e associam a bandeira da sustentabilidade ecológica à sustentabilidade social. Face à repercussão deste ato de barbárie cometido contra os seringueiros, ainda em 1989 o governo elabora um decreto de criação de reservas extrativistas, e com base nesse estatuto legal .

Com a fundação do GTA , as ONGs e movimentos sociais incrementam a sua capacidade de interferir na formulação de políticas públicas. A sua atuação assim como a da Rede de ONGs da Mata Atlântica está centrada na luta por mudanças

no processo de exploração predatória dos recursos florestais atuando em vários níveis simultaneamente: 1) no nível de aprimoramento da legislação, 2) na democratização das instâncias de formulação de políticas públicas como das instâncias de coordenação de fundos públicos e gestão de recursos internacionais para o apoio a projetos de conservação e uso sustentável de recursos naturais e 3) no desenvolvimento de experiências e projetos que possam ser replicados visando assegurar a sustentabilidade socioambiental da região. Uma das premissas do GTA é de manter uma rede permanente de intercâmbio de informação relacionada com a execução de atividades direcionadas à defesa da floresta amazônica e da sua população, e de acompanhar e propor a necessidade de participação na elaboração de propostas para o PP-G7.

Ao longo destes quase 10 anos o GTA também tem recebido uma significativa contribuição de organizações internacionais que atuam de forma permanente na defesa da floresta amazônica brasileira, tanto através de investimento e desenvolvimento de projetos, como na pressão política junto a instituições multilaterais – Greenpeace, WWF, Amigos da Terra, The Rainforest Foundation, The Rainforest Network, Rainforest Alliance, entre outras. Inclusive nos últimos anos várias destas organizações estabeleceram escritórios próprios no Brasil, passando a atuar como instituições brasileiras e na formação de articulações internacionais em torno de agendas comuns em torno do Painel de Florestas e outras iniciativas.

Nos últimos anos o GTA tem assento em diversos conselhos de órgãos do governo, na Comissão Coordenadora do PP-G7, aumentando significativamente sua capacidade de interferir na formulação de políticas públicas que assumem um caráter mais transparente e participativo. [24] Um dos mais importantes avanços tem sido a crescente participação de ONGs e movimentos sociais na gestão de programas regionais financiados por instituições multilaterais, como o caso dos projetos aprovados pelo PP-G7 de apoio a experiências inovadoras de manejo comunitário de recursos florestais em reservas extrativistas e de recuperação de áreas degradadas.

As modalidades de experiências inovadoras desenvolvidas priorizam o trabalho com comunidades locais e povos indígenas associando produção florestal sustentável e desenvolvimento social [25].

Estas experiências também incluem os movimentos indígenas em interação com grupos ambientalistas nacionais e estrangeiros assumem a proteção ambiental associada às suas lutas pela terra e pela demarcação de reservas. Diversas ONGs apoiam e assessoram as comunidades indígenas na construção de alternativas culturais e sócio-econômicas afirmativas dos valores tradicionais. A ênfase é na articulação da geração de conhecimento sobre a conservação, a preservação e o manejo sustentável dos recursos naturais com o fortalecimento institucional e gerencial das comunidades. A cooperação de ONGs e de outras entidades da sociedade civil tem garantido um espaço de atuação das populações indígenas e tradicionais junto às articulações não governamentais.

Nos últimos anos diversas ONGs têm concentrado parte significativa das suas atividades na coleta e sistematização de informações estratégicas sobre a função dos ecossistemas a partir de levantamentos completos e detalhados sobre impactos do processo de devastação e desflorestamento. A sua capacidade de diagnosticar áreas de risco que vincula aspectos ambientais aos sócio-espaciais, possibilita uma influência crescente na formulação de políticas públicas sustentadas na adoção de cautelas ambientais. Os trabalhos de monitoramento têm como finalidade instrumentalizar as comunidades indígenas e as coalizões de entidades a influenciar a legislação e as políticas públicas em relação às áreas de preservação e de um manejo sustentável. [26] A extensão das queimadas e o desmatamento pela exploração madeireira ilegal e a entrada recente de madeiras asiáticas que possuem grande capital para investir têm agravado significativamente o quadro de exploração predatória na Amazônia, e tem provocado uma forte reação da opinião pública americana e europeia graças à forte articulação e capacidade de mobilização das entidades ambientalistas e socioambientalistas brasileiras.

Os Projetos Demonstrativos têm se caracterizado como um dos setores de atuação mais relevante do PP-G7 através da alocação de recursos a fundo perdido para projetos que sejam capazes de mostrar como uma questão ambiental associada à defesa da biodiversidade e à proteção das florestas pode ser resolvido de modo autosustentável, com grandes benefícios para as comunidades locais.

4. Outras Redes e Coalizões de ONGs e Movimentos Sociais

A seguir são apresentadas outras redes que representam articulações de atores em torno de diversos projetos socioambientais. Na busca de viabilizar um modelo de desenvolvimento agrícola sustentável, estrutura-se a AS-PTA- Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa a partir de um desligamento do Projeto de Tecnologias Alternativas- PTA- da FASE (Federação de órgãos para a Assistência Social e Educacional). A Rede PTA representa um elo articulador de entidades que há mais de uma década desenvolvem experiências centradas na agroecologia e baseadas na agricultura familiar.

A Rede PTA reúne atualmente 25 entidades [27] das regiões Sul, Sudeste e Nordeste trabalhando com agricultura sustentável e desenvolvimento rural. Se inicia como uma associação voluntária articulando entidades sindicais, associações de pequenos produtores e organismos de apoio em meio rural. O objetivo central, à imagem e semelhança das redes anteriormente analisadas é o intercâmbio de conceitos, métodos e experiências práticas, a ajuda mútua, e o fortalecimento de sua capacidade de serviço.

A Rede Cerrado, composta por um coletivo de entidades que busca a troca de experiências e um desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável do cerrado, representa uma iniciativa que tem uma territorialidade muito definida. As redes de Educação Ambiental também exercem um importante papel catalizador, mobilizador e disseminador de práticas pedagógicas centradas na proposta da sustentabilidade. Estas redes têm

também uma importante vinculação com redes internacionais, fortalecendo uma troca entre atores engajados em lutas ambientais e criando uma linguagem comum que fortalece os elos entre as entidades da sociedade civil nas reuniões internacionais. Outras redes estão articuladas em torno do tema das mudanças climáticas, da água e das instituições financeiras multilaterais. Além disso, as redes estruturadas em nível estadual[28] têm um papel importante não só na denúncia de práticas predatórias, mas como agente de pressão sobre Assembléias Legislativas Estaduais e Governos Estaduais.

Conclusões

Talvez uma das características mais importantes do movimento ambientalista seja a sua diversidade. Este amplo espectro de práticas e atores, o que lhe confere um caráter multissetorial, que congrega inúmeras tendências e propostas que orientam suas ações, considerando valores como equidade, justiça, cidadania, democracia e conservação ambiental.

O ambientalismo ingressa nos anos 90 constituindo-se como um ator relevante que embora carregue consigo as marcas do seu processo de afirmação, assume um caráter ampliado, baseado num esforço cada vez mais claramente planejado de diálogo com outros atores sociais.

As questões que o ambientalismo coloca estão hoje muito associadas às necessidades de constituição de uma cidadania para os desiguais, à ênfase dos direitos sociais, ao impacto da degradação das condições de vida decorrentes da degradação sócioambiental, notadamente nos grandes centros urbanos, e à necessidade de ampliar a assimilação pela sociedade de reforçar práticas centradas na sustentabilidade e na politização dos riscos.

O salto qualitativo do ambientalismo ocorre na medida em que se cria uma identidade crescente entre o significado e dimensões das práticas, com forte ênfase na relação entre degradação ambiental e desigualdade social, reforçando a necessidade de alianças e interlocuções coletivas, onde o poder relacional é exercido através de redes, articulando dinâmicas locais com iniciativas civis transnacionais.

O impacto da ação das redes se reflete principalmente por possibilitar uma percepção pública dos riscos, implicando em pressão junto aos governos nacionais e instituições regionais para modificar propostas que afetam a sustentabilidade e dando centralidade aos impactos. As preocupações ambientais expressas pelo ativismo das redes tem provocado algumas mudanças, na medida em que tanto os governos quanto as agências de financiamento multilateral introduzem crescentemente a problemática dos impactos socioambientais em suas agendas. A publicização dos riscos aumenta o grau de legitimidade e credibilidade das ONGS que buscam de forma crescente suporte técnico-científico para sustentar seus argumentos e demonstrar os riscos envolvidos com a implantação de hidrovias.

As coalizões na sociedade civil estão se fortalecendo, explicitando escolha de temas e questões a serem enfrentadas em nome da busca de objetivos comuns, configurando a inflexão de uma dinâmica reativa para uma dinâmica propositiva, que aproxima as ONGs e movimentos da mídia e que centra sua atuação na coleta, sistematização e disseminação de informações.

As redes assumem em alguns casos um novo perfil, fortalecendo-se como atores políticos transnacionais, globalizando-se a percepção dos riscos, onde as ONGs transnacionais exercem papel fundamental na disseminação e amplificação das informações e imagens em escala global, fortalecendo a necessidade dos riscos serem percebidos como globais, alertando sobre o seu alcance e a necessidade de impedir que aconteçam.

As redes se fortalecem pela sua capacidade de instrumentalizar os alcances das novas tecnologias de informação e a sua influência nos processos decisórios. A mobilização da mídia internacional pela ação de algumas ONGs ambientalistas de amplo poder amplificador possibilitam mostrar para públicos abrangentes a conjugação de uma visão anti-ecológica, a insensibilidade social e posturas freqüentemente autoritárias e intransparentes de governos na condução de projetos que provocam impactos socioambientais inquestionáveis. As redes potencializam e possibilitam que atores diversificados influenciem e revertam decisões, dentro das premissas de estimular cada vez mais "accountability" engajando numa dinâmica que pode articular atores transnacionais heterogêneos e de forma descentralizada entidades de diferentes nacionalidades e atuação.

As redes ambientalistas mostram o potencial existente para uma crescente ativação de entidades da sociedade civil na esfera pública como atores pluralistas e multiculturais questionadores, que exercem pressão, criam consciência ambiental, mas também são propositivos visando reduzir os riscos de degradação das condições socioambientais tanto em nível de atuação local como regional e transnacional.

O ambientalismo do século XXI tem uma complexa agenda pela frente. De um lado, o desafio de ter uma participação cada vez mais ativa na governabilidade dos problemas sócioambientais e na busca de respostas articuladas e sustentadas em arranjos institucionais inovadores que possibilitem uma "ambientalização dos processos sociais", dando sentido à formulação e implementação de uma Agenda 21 no nível nacional e subnacional. De outro, a necessidade de ampliar o escopo de sua atuação, através de redes, consórcios institucionais, parcerias estratégicas e outras engenharias institucionais que ampliem seu reconhecimento na sociedade e estimulem o engajamento de novos atores.

Se de um lado o contexto no qual se configuram as questões ambientais é marcado pelo conflito de interesses e uma polarização entre visões de mundo, as respostas precisam conter cada vez mais um componente de cooperação e de definição de uma agenda que acelere prioridades para a sustentabilidade como um novo paradigma de desenvolvimento.

Bibliografia

CASTELLS, Manuel. 1999. O Poder da Identidade. São Paulo. Paz e Terra

COHEN, Jean e ARATO, Andrew. 1992. Civil Society and Political Theory. Cambridge. MIT Press.

CRESPINO, Samyra. 1993 e 1997. O que o Brasileiro Pensa da Ecologia. Rio de Janeiro. ISER/MAST.

DABAS, Elina e NAJMANOVICH, Denise. 1995. Redes. El Lenguaje de los Vínculos. Buenos Aires. Paidós.

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. 1997. Brasil Século XXI- Os Caminhos da Sustentabilidade Cinco Anos Depois da Rio-92. Rio de Janeiro, FASE.

FINGER, Mathias e PRINCEN, Thomas. 1994. Environmental NGOs in World Politics. Londres. Routledge.

GIDDENS, Anthony. 1991. As Conseqüências da modernidade. São Paulo. UNESP.

KECK, Margaret e SIKKINK, Kathryn. 1998. Activists Beyond Borders. Ithaca. Cornell University Press

LEIS, Héctor. 1996. O Labirinto: Ensaio sobre Ambientalismo e Globalização. Blumenau, Editora Gaia/FURB.

SCHERER-WARREN, Ilse. 1993. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo, Loyola.

SVIRSKY, Enrique e CAPOBIANCO, João Paulo (orgs.) 1997. O Ambientalismo no Brasil- Passado, Presente e Futuro. São Paulo, Instituto Socioambiental/ Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

VIOLA, Eduardo e VIEIRA, Paulo. 1992. "Da Preservação à Natureza e de Controle da Poluição ao Desenvolvimento Sustentável: um Desafio Ideológico e Organizacional ao Movimento Ambientalista no Brasil" In: Revista de Administração Pública 26(4): 81-104, out/dez. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas

VIOLA, Eduardo e LEIS, Hector. 1992. "A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multisetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável". In: HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo. (orgs.) Dilemas Sócioambientais e Desenvolvimento Sustentável. Campinas, Editora da Unicamp.

VIOLA, Eduardo e NICKEL, James. 1994. "Integrando a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente". In: Novos Estudos Cebrap nº40. São Paulo, Cebrap.

[1] A AMDA- Associação Mineira de Defesa Ambiental é fundada em 1978 com o objetivo de lutar contra todos os atos de degradação do meio ambiente, desenvolver trabalhos de recuperação e proteção de ambientes degradados, ameaçados, educação ambiental, e pesquisa científica. Para mais informações ver o site da AMDA – www.amda.org.br -

[2] Leis, 1996: 98.

[3] Destaca-se a figura de Fernando Gabeira que adquire ampla visibilidade pública e inicia a organização do Partido Verde no Brasil.

[4] VIOLA, Eduardo & VIEIRA, Paulo, 1992.

[5] Chico Mendes nasceu no Acre em 1944 e adquiriu notoriedade como líder durante os empates, quando os trabalhadores florestais formavam verdadeiras barreiras humanas para impedir o desmatamento pelos novos colonos assentados. Em 1975 31 anos entrou para o sindicato de Trabalhadores Rurais e nessa época lançou suas idéias para a criação de Reservas Extrativistas. Tratava-se de um conceito inovador – uma área de propriedade do governo a ser usada unicamente em benefício da comunidade que nela vive e que, em troca, utilizaria métodos sustentáveis de exploração de recursos florestais, funcionando como uma cooperativa, em benefício da coletividade. À frente do Sindicato Chico Mendes ganhava crescente atenção da mídia, e sua vida começou a ser ameaçada por fazendeiros e madeireiros que, inescrupulosamente chegaram dispostos a expulsar os seringueiros das terras, desmatar e atear fogo na floresta. Em 13 anos de movimento tornou-se o alvo principal de fazendeiros e empresários bem sucedidos, policiais corruptos, advogados, juizes e políticos que viam nele um obstáculo para seus objetivos comerciais. Em 22 de dezembro de 1988 foi morto durante uma emboscada no quintal da sua própria casa em Xapuri no Acre. À época Chico Mendes era presidente do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e sua morte teve grande repercussão não só nacional, mas internacional. Dez anos após a sua morte, Chico Mendes é lembrado como líder ecológico, tornando-se o primeiro mártir internacional do meio ambiente.

[6] O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST- nasceu das lutas que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada, na região Sul do Brasil, pela conquista da terra desde o final da década de 70. A matriz do Movimento é o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta- RS. O MST tem três grandes objetivos: a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa. Em 1999, o MST está organizado em 23 estados da Federação, e em 13 anos de existência, quase 150 mil famílias já conquistaram terra. Grande parte dos assentados se organiza em torno de cooperativas de produção.

[7] VIOLA, Eduardo & LEIS, Hector, 1992.

[8] Em 1991 é fundada a Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável reunindo empresas.

[9] Crespo, 1997. O que o Brasileiro pensa da Ecologia.

[10] o FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, estabelecido em função da necessidade de se criar um mecanismo que assegure recursos para projetos prioritários de biodiversidade no Brasil, capaz de atrair o setor privado e funcionando fora do domínio governamental. É constituído por 4 representantes do setor privado, 4 do setor acadêmico, 4 de ONGs, 2 do setor governamental e 2 da Fundação Getúlio Vargas, onde funciona a secretaria Executiva desde 1995.

[11] PRONABIO - O Governo Federal instituiu através do decreto 1354/94 o Programa Nacional da Diversidade Biológica para apoiar a implementação de projetos visando atender o disposto na Convenção sobre Diversidade Biológica e para subsidiar a Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, CIDES.

[12] As informações sobre a Rede foram levantadas a partir de entrevistas, do Boletim Informativo da Mata Atlântica (publicação mensal), e do site na Internet – www.ongba.org.br -

[13] Os estados cobertos pela Mata Atlântica são: RS, SC, PR, SP, GO, MS, RJ, MG, ES, BA, AL, SE, PB, PE, RN, CE e PI.

[14] Cf. V Reunião Nacional da Rede de ONGs da Mata Atlântica- relatório de Atividades- Salvador, junho de 1999.

[15] O decreto 750/93 assinado pelo Presidente Itamar Franco dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica. Tem as seguintes inovações que são coerentes com a Declaração sobre Florestas assinada na Rio-92: 1) estende a proteção às formações florestais secundárias nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração e 2) define critérios e procedimentos para a aprovação de programas de exploração racional e de supressão de formações florestais, orientando ações e criando instrumentos de controle abertos à participação da sociedade (Forum Brasileiro de ONGs, 1997).

[16] Desde a sua edição o Decreto 750 foi regulamentado através de dezessete resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente- e outras resoluções e portarias conjuntas do Ibama com órgãos ambientais estaduais, estabelecendo critérios e parâmetros precisos para a sua aplicação em quase todos os estados incluídos na Mata Atlântica. Entretanto, a consolidação destas conquistas dependem da aprovação de lei específica que tramita no Congresso Nacional desde setembro de 1992 (PL3285/92) de autoria do então deputado Fábio Feldmann. Parlamentares ligados ao interesse de empresas madeireiras do Norte e do Sul, principalmente Paraná e Santa Catarina tem impedido a continuidade de sua tramitação (Fórum Brasileiro de ONGs, 1997).

[17] A luta pela aprovação da lei gira em torno da área de domínio. Contrários à regulamentação, os ruralistas querem que a lei se refira apenas à região litorânea, sob a alegação de que vai paralisar a atividade agrícola e prejudicar o pequeno agricultor, propondo deixar fora desse domínio a chamada Mata de Araucária..

[18] Publicado pela Fundação SOS Mata Atlântica , o Instituto Socioambiental (ISA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em 1998 o Atlas mostra a evolução dos remanescentes florestais e dos ecossistemas associados no domínio da Mata Atlântica no período 1990-1995 em ES, RJ, MG, GO, MS, SP, PR, SC e RS com base em imagens de satélite. O estudo mostra a devastação nestes nove estados e apresenta resultados alarmantes: 500.317 hectares foram devastados nesse período, equivalente a uma perda de 5,76 % dos remanescentes, reduzindo a floresta a apenas 7,4% de sua área original.

[19] O PP-G7 apoia um conjunto integrado de projetos que contribuam para a redução da taxa de desmatamento das florestas tropicais do Brasil, reduzir as emissões de carbono e promover maior conhecimento das atividades sustentáveis nas florestas tropicais de maneira consistente com o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais e humanos da área. Foi criado a pedido dos países do Grupo dos Sete (G-7) e recebe apoio financeiro de todos eles, bem como da Comissão das Comunidades Europeias e da Holanda. O Programa Piloto é coordenado pelo Banco Mundial, em conformidade com os acordos celebrados entre os doadores e o Brasil (Fórum Brasileiro de ONGs , 1997). O PP-G7 é composto de 10 projetos que abrangem diversas regiões do país, implantação de reservas extrativistas, combate às queimadas e ao deflorestamento, manejo sustentável de recursos naturais, programas para regiões inundáveis, implantação de corredores ecológicos, financiamento de institutos de pesquisa mantidos pelo governo federal na Amazônia e financiamento de identificações e demarcações de terras indígenas.

[20] Este Conselho é o seu órgão máximo de gestão, ao qual cabe estabelecer as diretrizes para os trabalhos de implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica- RBMA- que representa a primeira Unidade de Conservação desta categoria reconhecida pela UNESCO através do Programa MaB- Man and Biosphere - como de especial importância mundial para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

As Reservas da Biosfera integram uma rede internacional de intercâmbio e cooperação (320 reservas em 82 países) e se caracterizam pela gestão compartilhada entre governos e sociedade civil. Abrange uma área de aproximadamente 29 milhões de hectares em 14 estados brasileiros. A composição é paritária, sendo 19 membros governamentais e 19 membros da sociedade civil – 18 de ONGs (6 do Nordeste, 6 do Sudeste e 6 do Sul) e um representante dos empresários com tradição na área ambiental (Cadernos da Reserva da Biosfera nº 9, 1998).

[21] As informações sobre a Coalizão Rios Vivos foram levantadas através da sua publicação Rios Vivos e do seu site na Internet- www.riosvivos.org.br -

[22] As informações sobre as atividades do GTA foram levantadas do site-
www.gta.org.br -

[23] Na Amazônia Legal habita 51% da população indígena brasileira-260.000 índios pertencentes a 180 etnias, sendo que 287 áreas são demarcadas de um total de 556 reivindicadas (Fórum Brasileiro de ONGs, 1997).

[24] Nesse sentido, a Medida Provisória 1511/96 que amplia a área de reserva legal de 50% para 805 e condiciona novas autorizações de conversão de áreas de florestas em áreas agrícolas ao uso adequado e à capacidade de suporte do solo das áreas já desmatadas anteriormente (Fórum Brasileiro de ONGs, 1997).

[25] Uma descrição bastante detalhada dos tipos de projetos está no livro Brasil Século XXI: 234-242. FASE/Fórum Brasileiro de ONGs, Rio de Janeiro 1997.

[26] Este tipo de pesquisa tem sido desenvolvido por ONGs brasileiras como Instituto Sócioambiental, IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e Imazon. A sua contribuição em termos de pesquisa tem se concentrado na elaboração através das imagens de satélite de retratos da destruição provocada pelo desmatamento, visível para os sensores remotos, pela ação do fogo e da exploração seletiva de madeira.

[27] Dados obtidos do site da Rede PTA- www.redepta.org.br-

[28] À guisa de exemplo menciona-se o Fórum das Entidades Ambientalistas Mineiras, a Assembléia Permanente de Defesa do Meio Ambiente da Bahia que reúnem entidades visando a articulação e estimulando a participação e ações conjuntas em prol do meio ambiente.